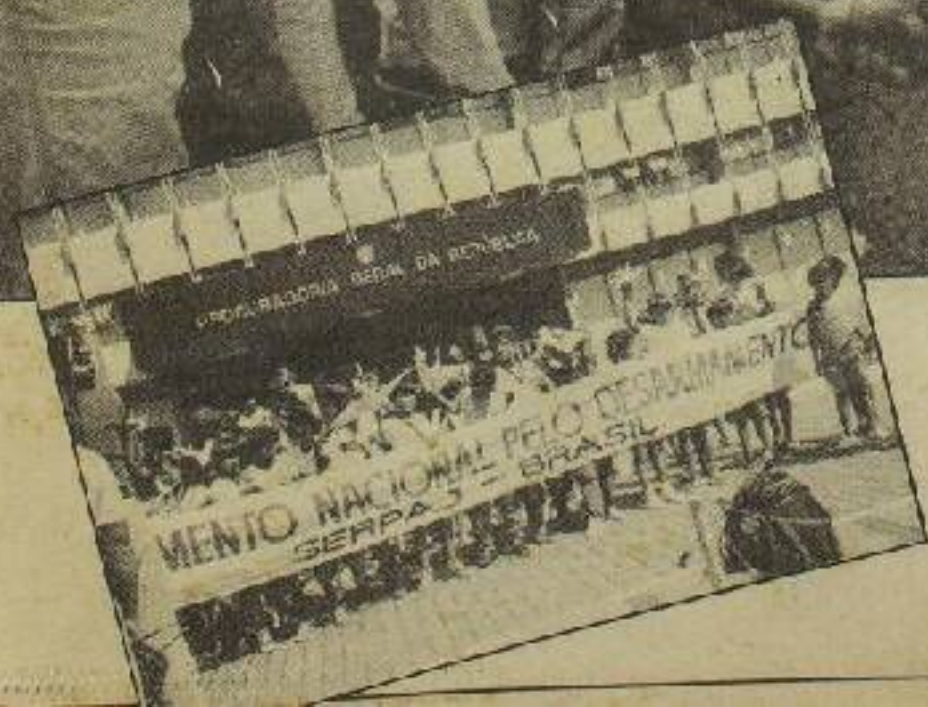
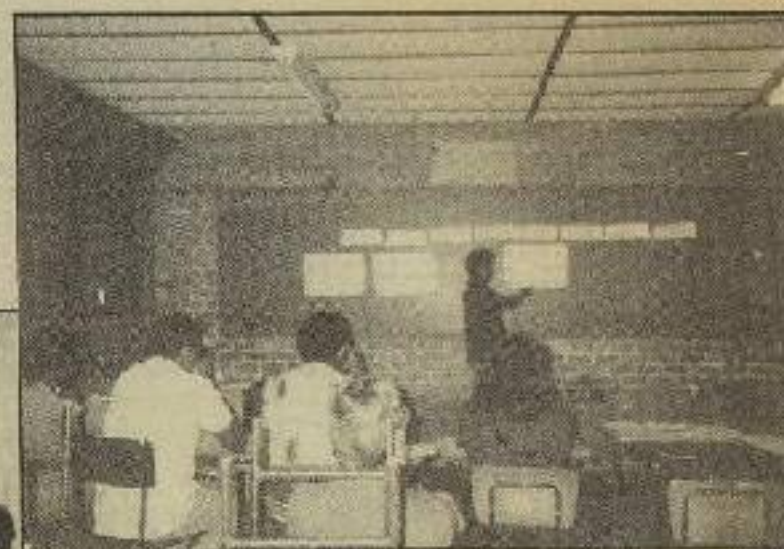


VIII ASSEMBLÉIA NACIONAL DO SERPAJ—BRASIL REAVALIAÇÃO DA NOSSA LUTA



Durante os últimos meses reforçamos a defesa incontestável dos direitos à justiça, contra a violência. Nos acampamentos de sem-terras, em mobilizações pelo desarmamento e educando para a paz, o SERPAJ Brasil fortalece a sua luta.



Balanço do Serpaj-Brasil 1988-1991

Durante estes três anos de atuação do atual Conselho Nacional desenvolveu-se um processo de auto-avaliação e avaliação da entidade no que se refere à administração política e à execução de atividades. Constatamos dificuldades, empecilhos e equívocos e, principalmente, avanços significativos que colocaram o Serpaj-Brasil numa posição capaz de assumir efetivamente a luta pela transformação social.

O Conselho Nacional teve muitas dificuldades para examinar diretrizes determinadas na Assembleia Nacional de 1988 devido ao fato de que não realizou-se no decorrer da Assembleia, uma discussão política, aprofundando o que se queria com as linhas de ação e como atuar-se através delas. E ainda estas eram realmente as linhas de frente a serem assumidas pelo Serpaj-Brasil? Com o transcorrer do tempo, foram sendo apresentadas e assumidas algumas linhas de ação, que integraram-se nas demais atividades. Foram elas: A Objeção de Consciência, uma luta que já fazia parte da história da entidade, a discussão sobre o papel e a atuação das Forças Armadas, a questão da dívida externa e a discussão sobre a atuação das mulheres.

Em muitas ocasiões, alguns membros do Conselho Nacional sentiram-se limitados para assumir um compromisso tão exigente e de muita responsabilidade. Isto dificultou alguns desempenhos em atividades mais políticas e que exigiam um conhecimento global da realidade e das teorias necessárias para enfrentá-la. Os membros do Conselho que permaneceram em Brasília, em muitas ocasiões sentiram-se sobrecarregados, pois além de realizar tarefas burocráticas, tinham necessidade de pensar, avaliar e encaminhar politicamente ações importantes.

Com as liberações regionais, deu-se mais um passo para o avanço organizativo da entidade. Por uma experiência importante, que nem sempre resultou nas expectativas criadas pelos grupos regionais e nacional, e que mereceu uma

avaliação séria e profunda. É válida a continuidade das liberações regionais?

A concepção do Boletim e de dois números da Revista Serpaj-Brasil contribuiu imensamente para a divulgação de nossas lutas e idéias. A produção de algumas cartilhas também contribuiu para discussão e aprofundamento de temas específicos. As informações foram compartilhadas com grupos e regionais através de correspondências regulares, que na maioria das vezes, não encontraram ressonância. Esta questão merece uma atenção especial, pois precisa ser descoberta uma forma de repassar informações de maneira ágil e eficiente, sem sobrecarregar militantes e grupos.

No que se refere às linhas de ação, avançamos em algumas questões clareando definições e atrações. Iniciou-se um processo de caracterização de nossa organização, apresentando alternativas eficientes e coerentes com a luta não-violenta.

Basicamente, a constituição de equipes com o objetivo de unificar, concretizar as lutas, foi um passo significativo. Com esta prática, a luta e seus encaminhamentos passam a ser descentralizados e, principalmente, ligados à realidade de cada grupo, possibilitando o surgimento de um plano de ação conjunto, que produzirá e desenvolverá lutas não-violentas nos locais de abrangência do Serpaj-Brasil. Esta forma de organização viabiliza o surgimento de novas frentes de atuação, envolvendo cada vez maior número de militantes e fortalecendo a característica da entidade.

Apesar do expressivo crescimento do número de grupos, existe a preocupação com a formação e constituição dos mesmos, com a consciência dos novos militantes, com o real conhecimento que possuem da entidade, de seus princípios, objetivos e linhas de ação. Diante destas questões, surgem as perguntas: para que existem grupos de não-violência? Quais as funções a serem assumidas por eles? Sente-se que, em alguns locais, existe uma certa desorientação da entidade, ha-

vendo distorções de sua atuação coerente, provavelmente decorrentes da imaturidade no processo de formação e articulação destes grupos.

Quanto à questão financeira, houveram dificuldades, principalmente para os grupos e regionais, que receberam verbas insuficientes para exercerem as suas atividades. Com a retenção dos cruzados, a inflação alta e o corte de despesas fomos obrigados a cortar gastos importantes, inviabilizando algumas articulações que estavam acontecendo. O compromisso com o auto financiamento, assumido na última assembleia não teve o empenho necessário dos grupos. Talvez porque não houve uma discussão profunda sobre o assunto, avaliando-se a viabilidade e a maturidade de nossa organização para assumir tal desafio. Acredita-se ou não neste projeto? Qual a melhor maneira de concretizá-lo? Estas questões nos alertam para a necessidade de todos os militantes assumirem o desafio de manter financiamento nossa organização, possibilitando a elaboração de propostas econômicas viáveis e eficientes, que permitam nosso auto financiamento, mantendo nossas lutas e ampliando-as.

Outro aspecto também merece uma avaliação: o processo de formação de militantes capazes de concretizar e liderar ações não-violentas, que esteve bastante debilitado neste período. Com certeza, temos poucas lideranças e militantes capazes de apresentar, nos seus locais de atuação, alternativas de ação e reação não-violentas. A construção de uma sociedade igualitária é justa necessita de pessoas capacitadas, que tenham sensibilidade de sentir as expectativas do povo, envolvendo-o num projeto político de libertação.

A tarefa de avaliar estas e outras questões, fica, principalmente aos delegados que participaram da VIII Assembleia Nacional, que juntamente com seus grupos e regionais precisam trazer e assumir propostas comprometidas com a transformação social e organização eficiente.

Conjuntura

O novo repete o atraso do velho

A realidade brasileira demonstra claramente a contradição existente entre as promessas do Governo Collor durante a posse e a miséria que assola a maioria da população. Sem conseguir eliminar a inflação o Governo Collor aposta, deliberadamente, na defasagem dos salários, no desemprego, na política internacional, na privatização que evidencia o seu descaído com a classe trabalhadora assalariada e com os autônomos. Ao colocar em xeque o projeto neoliberal o Presidente Collor beneficia ainda mais a classe dominante, que é a detentora dos meios de produção e das grandes propriedades privadas.

O início do ano de 1991 foi marcado pelo aprofundamento da recessão, apresentando característica mais devastadora do que a crise do período de 1981-83. Os salários alcançaram valores menores do que valiam em 1985. O desemprego afetou todos os setores da economia, e só na Grande São Paulo atingiu o índice de 1,12 milhão de pessoas, no mês de abril. A queda do Produto Interno Bruto-PIB, no primeiro trimestre, foi a maior registrada pelo IBGE, desde 1947, chegando a 6,7 por cento.

Valo ressaltar que a atuação do Governo em outros setores foi praticamente nula. Como um exemplo claro, podemos constatar que até agora não foi realizada nenhuma desapropriação de terra apesar dos mais de 500 processos prontos para a efetivação da reforma agrária. O Governo havia prometido assentar

com mil famílias e o que fez, foi apenas divulgar a entrega simbólica de vários títulos agrícolas a agricultores que já residiam há anos nas terras.

Outros setores também estão sendo drasticamente afetados pela política autoritária do Governo Collor. Atualmente, mais de 50 milhões de pessoas necessitam de moradia e o Governo se propõe a construir e recuperar cerca de 518 mil casas. Na área de educação a situação é alarmante. Apenas no estado do Amazonas cerca de 127 mil crianças ficarão sem estudar durante este ano e o Governo insiste na privatização das universidades federais. Com a política de privatização dos serviços públicos o Governo demitiu mais de 360 mil funcionários.

Mas a grande preocupação do Governo Collor é efetuar o pagamento da dívida externa a qualquer preço, sem medir os sacrifícios que são impostos à população. A postura da atual equipe econômica evidencia que os juros serão pagos a qualquer custo. Segundo dados do PACS-PRIES/CS, cada brasileiro já nasce devendo aproximadamente US\$ 778,48 aos bancos internacionais. Mesmo assim, a política adotada visa abrir as portas da economia para a competição internacional.

Portanto, a situação do país é realmente grave. Não podemos suportar tanta opressão e miséria. Mesmo com uma pequena recuperação dos índices inflacionários o quadro atual reafirma a manutenção da recessão.

EXPEDIENTE

JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA

Serviço Nacional Justiça e Não Violência
SERPAJ-Brasil

SES Ed. Vândalo V - Sala 813

70002 - Brasília - DF

Telefone para contatos:

(061) 226-8138

Membro do Serviço Paz e Justiça

na América Latina - SERPAJ - AL

Organismo Consultivo (Setor II)

do Conselho Econômico e Social

(ECOSOC) das Nações Unidas;

mantém relações com a

UNESCO (Categoria C).

Responsável por esta edição:

M^{te} Cleiza Alves da Silva

Norberto Chacón

Lúcia A. Zamberlan

Membros do Conselho Nacional

de SERPAJ-Brasil

Distribuição interna:

Jornalista responsável: Socorro Aquino (RG-2091)

Serviço Gráfico: Empresa Jornalística Planície SA.

Carta ao Leitor

Caro Leitor,

Inicialmente a nossa proposta era que esse Jornal fosse publicado bimestralmente e, em maio de 1990, divulgamos o nosso último número. Com a implantação do Plano Collor as contribuições que recebíamos foram suspensas e a realização dessa edição só foi possível com a ajuda financeira que recebemos da Caritas do Brasil. Como vocês poderão observar no decorrer dessas páginas, nossos temas são de grande importância para a formação dos cidadãos, mas a falta de recursos nos impede de programarmos a nossa próxima edição. Obrigado pela sua compreensão.

Coordenação do SERPAJ

500 Anos de opressão

Quando os espanhóis chegaram a Santo Domingo (República Dominicana) em 12 de outubro de 1492, logo viram que aqui encontrariam os produtos necessários para aumentarem suas riquezas. Igrejas e Estado, um só corpo e mente, tinham seus interesses, e para tanto usaram métodos inimagináveis. A Igreja, querendo aumentar seu número de fiéis, levando a palavra de Deus aos índios. O Reino espanhol, formado por reis católicos, queria aumentar seu poder, bem como sua riqueza. Para alcançar tudo isto, usaram da força e da violência, matando ou tomando escravos os indígenas.

Os "conquistadores" iam chegando aos milhares. Em sua maioria eram pessoas em dificuldades financeiras, devoradas pela grande crise que atravessava a Europa naquela época. A fome pelo ouro, tornava-os desumanos.

O documento lido para os indígenas em língua desconhecida para eles, dizia o seguinte: "... com o auxílio de Deus agiremos com violência contra vós, vos combateremos com todas as meios possíveis, vos submeteremos sob fogo e sob coerência da fúria e de suas Armas. Transformaremos a vós mesmos, vossas mulheres e filhos em escravos, os venderemos e daremos poderes sobre vós, segundo a ordem de suas Armas. Nós tomaremos vossas propriedades, vos prejudicaremos e vos faremos mal, tanto quanto pudermos, e vos trataremos como vassallos, que não obedecem nem se submetem a seu senhor, mas que são insubmissos e revoltosos. Testemunhamos que o derramamento de sangue e os males daí decorrentes serão somente de vossa responsabilidade, não de suas Armas, nem de nós e nem de seus cavaleiros que aqui vieram conosco." (Requerimento da Conquista Espanhola). Isto seria feito e praticado se os indígenas se negassem a serem introduzidos na fé cristã, ou desobedecessem as leis dos reis espanhóis.

Podemos constatar claramente, que o que foi escrito e lido pelos "conquistadores" realmente se cumpriu. Os índios foram levados como escravos para a Espanha ou feitos escravos aqui mesmo. Os que se recusaram foram mortos.

Em 1992, completará 500 anos que a exploração e opressão tiveram início na América Latina e Caribe. Tanto na Espanha, como na República Dominicana, já iniciaram os preparativos para comemorar os "500 anos de descobrimento da América". Realmente temos que admitir que a hipocrisia dormiu as mentes das pessoas envolvidas nestas comemorações. Acreditamos que não há absolutamente nada para comemorar. A denúncia e exigência, devem ser as marcas de todas as nossas manifestações. O próximo ano deve ser marcado por manifestações deste tipo.

Um dos maiores meios de opressão que exercem os países ricos sobre nós, é a dívida externa. Todos os países da América Latina e Caribe vivem sob este jugo. Nossos governos têm cada vez menos verba para saúde, educação, e outros, pois continuam enviando para fora nosso capital, pagando uma dívida que é injusta. Podemos citar aqui Dom Paulo Evaristo Arns-Cardinal Arcebispo de São Paulo, que afirmou: "Além de injusta a dívida externa é imoral".

O Serpaj-Brasil está preparando uma cartilha para abrir as discussões sobre os 500 anos, para que essas bases possam aprofundar o tema. Além da cartilha estamos discutindo com o CONIC e CLAI (regional Brasil), a proposta da realização de uma assembleia latino-americana em Quito-Ecuador, em julho de 1992. O objetivo desta assembleia intitulada Assembleia do Povo de Deus, é reunir pessoas de base para que eles discutam e avaliem, o que significaram estes 500 anos de invasão em nosso continente. Para que possam também apresentar alternativas daqui para o frente. Estamos buscando contatar outras entidades e assim dar início à preparação dessa assembleia.

A maior preocupação do Serpaj-Brasil consiste, não somente na denúncia, mas na exigência, temos que exigir a liberdade que nos foi roubada há 500 anos.

Altamir Labes
Coordenador Nacional Serpaj-Brasil

PENA DE MORTE

3

"Nã existe ventres malditos ou espermatozoides com ou sem qualificação social, ninguém nasce marginal. A sociedade é que fabrica os marginais que merecem negando nos que chegam à vida, educação, teto, alimento e trabalho". (J.J. Calmon Passos)

Hessing de uma forma bastante polêmica em meio a uma discussão sobre a implantação da pena de morte no País, motivado pelo aumento da criminalidade. Ogitase, inclusive, de se fazer um plebiscito para saber se o povo quer ou não a pena capital. Não bastasse o desrespeito pelo homem, temos agora que ver a vida humana ser transformada em mortacoria eleitoral. A inconstitucionalidade desta plebiscito já está claramente comprovada por pareceres de vários juristas. A ineficácia da pena de morte no combate, na prevenção e na intimidação da criminalidade está também demonstrada em estudos feitos pela Organização das Nações Unidas — ONU.

Concordamos que os índices de criminalidade chegam a níveis insuportáveis e têm que ser combatidos, mas esse combate tem que ser dirigido para causas da criminalidade e não somente para suas consequências. Vejamos a seguir uma radiografia do sistema penitenciário brasileiro e das causas que elevam os índices de criminalidade.

• Agosto de 88, capacidade dos penitenciários federais: 42 mil vagas, lotação 54 mil detentos. (1)

• Entre agosto de 88 e agosto de 89 foram abertas mais 4 mil vagas nas penitenciárias. Neste mesmo período foram expedidos mais 88 mil novos mandados de prisão. (1)

• Atualmente, existem mais de 300 mil mandados de prisão expedidos que não são cumpridos por falta de vaga nas penitenciárias. (1)

• Os detentos vivem num ambiente promiscuo dentro das penitenciárias que, longe de serem confortáveis hotéis como alguns querem, são verdadeiros depósitos de seres humanos, que além de não recuperá-los faz com que saiam mais embotados. (1)

• Dentre os detentos 60% não têm profissão e 50% são analfabetos ou semi-analfabetos. (2)

• Em São Paulo 85% dos reclusos estão condenados por crime contra o patrimônio e essa porcentagem é ainda mais alta nos demais Estados. (2)

Cerca de 89% dos assaltantes que praticam a violência urbana, são pobres. Essa violência nada mais é do que um crime contra o patrimônio com violência contra a pessoa. O motivo do criminoso é o patrimônio alheio, a violência é o meio para obtê-lo, os outros fatores criminosos, sejam psicológicos ou educacionais são todos condicionados

pela miséria e pela fome. (2)

Vejamos agora o pênque destes altos índices de criminalidade o também a razão pela qual essa criminalidade é dirigida principalmente contra a petição. (3)

• Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil tem a terceira pior distribuição de renda do planeta. (3)

• Segundo o IBGE, em 1989, apenas 600 mil pessoas que representam 1% da população economicamente ativa, receberam 17,3% da renda nacional, enquanto 6.600.000 trabalhadores — os dez por cento mais pobres — ficaram com apenas 0,8%. (4)

• 50% das terras pertencem somente a 500.000 pessoas, as restantes 20% estão distribuídas entre 4.500.000 pequenos proprietários. (4)

• 12.000.000 (doze milhões) de trabalhadores rurais não têm terra alguma, e esperam há anos seu assentamento. (4)

• Aproximadamente 42.000.000 de trabalhadores são analfabetos ou semi-analfabetos. (4)

• O salário do trabalhador brasileiro está entre os mais baixos do mundo, enquanto que, os salários dos executivos é dos mais altos, chegando um executivo brasileiro a ter ganho líquido anual de 185 mil dólares, valor ultrapassado só pelos norte-americanos. Ou seja, ganham em um mês o que os trabalhadores de salário mínimo levariam 25 anos para conseguir. (5)

• O salário mínimo brasileiro só é maior do que o da Guatemala, perdendo feio para países como Haiti, Senegal e Suriname. E ainda assim 27,2% da população ganha menos do que um salário mínimo. (5)

Vejamos algumas consequências dessa situação de extrema injustiça:

• 100 milhões de brasileiros vivem em estado de permanente subnutrição segundo dados da OMS (Organização Mundial de Saúde). (6)

• A taxa de mortalidade infantil é de 85 óbitos para cada mil nascimentos. (6) apenas 47% conseguem completar um ano de idade. (3)

• Dos 48 milhões de crianças que sobrevivem, 25 milhões vivem em estado de pobreza e 13 milhões vivem em miséria absoluta.

• Sete milhões de menores carentes encontram-se em estado de total abandono. (4)

Há um grande número de estudos científicos comprobatórios de que, homens, mulheres e crianças jogados nesse caos social, tendem a adotar comportamentos anti-sociais violentos, gerados não só pela falta de bens materiais mínimos, mas também por um estado de depressão mental que tem origem na situação de pobreza associados à falta de

perspectiva de melhoria. (4)

• A miséria transforma os homens em ladrões ou vagabundos e seus filhos são educados para o crime, ensinados pela fome que os embala desde o berço. Não resta dúvida de que a concentração de renda e a monstruosidade do sistema capitalista brasileiro são as causas maiores deste caos social, em que nos encontramos. Temos More, em sua "utopia" já nos alertara: "O faz sofrer todos os ladrões penosos tormentos, não seria melhor garantir a existência de todos os membros da sociedade, a fim de que ninguém se rira na necessidade de roubar primeiro e ser enforcado depois?". (8)

O fato é que todos os meios utilizados pelo sistema penal têm falhado, revelando-se incapazes ou indícios para os fins desejados, eis que, fundamentalmente, o mal e as condições se encontram na própria essência do sistema capitalista, ou seja, no sistema de dominação que se baseia na exploração do homem pelo homem, na opressão, e na injustiça. (6)

Segundo o professor Orlando Soares (em matéria publicada na revista Pólis, 306) "Estamos diante de um quadro que assume contornos de ordem científico, isto é, relação de causa e efeito, de antecedente e consequente, fundamentada na hipótese de análise e reflexão dos fenômenos, com vistas à busca de soluções para os problemas existentes. Ora, sem remoção ou redução das causas é impossível suprimir os efeitos. A questão, portanto, como querem alguns, não se resolve por fórmulas mágicas, como a simples implantação da pena de morte, diz ainda o professor Orlando Soares, a questão é a substituição do sistema capitalista que aqui impera, para "uma ordem social mais justa e mais fraterna". Mas isto não querem os protagonistas da implantação da pena de morte, eles querem algo de mais um instrumento para manutenção de seus privilégios.

LEADOR MACHADO — 20/5/91
Membro do SERPAJ-Gama

Bibliografia
(1) Dados sobre o sistema carcerário. Ministro Francisco de Assis Toledo, em palestra no auditório do Banco Central no Seminário sobre Direito Penal em 09/05/91.
(2) Paulo Malta Machado — Correio Brasileiro — 30/06/90
(3) Revista Istê Sênior — 20/05/91 n.º 1121 págs. 12 e seguintes.
(4) Relatório da Anistia Internacional, Seção Brasileira.
(5) Revista Istê Sênior — n.º 1118 23/2/91 págs. 46 e 47.
(6) Citado pelo Prof. Orlando Soares, Revista Forense, 306.

FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS PREPARATÓRIO PARA A CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO—BRASIL/92

Em 1992 acontecerá no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a conferência oficial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na mesma data acontecerá a Conferência Paralela de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que estarão discutindo a mesma temática, visando a apresentação de propostas e análises sobre Meio Ambiente para a Conferência Oficial.

No intuito de garantir a participação efetiva das ONGs brasileiras na Conferência Paralela organizou-se um fórum nacional, com a participação de aproximadamente 600 entidades, que já realizou quatro encontros nacionais e deliberou sobre diversas questões relacionadas ao tema central. O último encontro aconteceu no período de 31 de maio a 02 de junho, no Rio de Janeiro.



Conforme documento aprovado no III Encontro Nacional do Fórum, foram aprovadas as seguintes objetivos táticos e estratégicos e os eixos de discussão:

1) Objetivos táticos

— Organizar e participar da Conferência da Sociedade Civil.
— Interferir nas decisões da Conferência Oficial.
— Utilizar o evento para denunciar a situação ambiental em nosso País e apresentar alternativas e soluções.

— Fortalecer a organização do movimento social no País, entendido no seu sentido mais amplo de luta pela melhoria da qualidade de vida.

3) Objetivos estratégicos

Encontros regionais do fórum que contribuam para a organização do movimento a partir da base.

— Elaboração de documentos que fundamentem um Relatório Nacional Alternativo contemplando: diagnóstico da situação ambiental do País, análise das suas causas, prognósticos e alternativas de soluções.

— Organização de eventos antes e durante a Conferência Oficial e Conferência das ONGs como seminários, 500 anos da América, mentirinhas, entre outros.

3) Eixos de discussão

— diagnóstico profundo da origem da degradação ambiental e social;

— estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional (nação pagamento da dívida externa, revisão do modelo exportador, etc.);

— estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento (que privilegie a reforma agrária ecológica, o movimento sustentável, a reforma urbana, entre outros).

O SERPAJ-Brasil participa deste fórum com direito a voz e voto, por entender ser o mesmo uma oportunidade que a sociedade civil tem para se manifestar e apresentar a realidade do Meio Ambiente e as

causas de sua destruição e violação. Através de seus militantes, que atuam em diversas regiões do País, queremos contribuir na discussão e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento econômico e social que respeite o meio ambiente e, principalmente, beneficie a maioria da população excluída do atual modelo de desenvolvimento.

Temos claro também, que o respeito real e verdadeiro ao meio ambiente não acontecerá enquanto o sistema capitalista for predominante na sociedade brasileira. É um sistema que privilegia o capital internacional, com suas empresas destruidoras e selvagens, que nada apresenta no sentido de solucionar os problemas sociais.

NORBERTO CHEMIN
Membro do Conselho Nacional do SERPAJ

EDUCAÇÃO

Toda a história da Humanidade tem se caracterizado pelo uso da violência para a resolução dos conflitos vividos. A exploração da maioria das pessoas, as desigualdades acentuadas, as grandes injustiças, as constantes guerras têm estado sempre presentes.

Atualmente, vivemos um processo de agravamento da violência alimentado pela competitividade, pelo individualismo, pela intolerância, pelos preconceitos, pela ganância de bens e poder. Esta situação tem conduzido o ser humano a total degradação e trazido como resultado a morte de milhões de pessoas. Grande parcela da população não tem acesso à saúde, educação, comida, moradia e trabalho e a valorização de palavras e atitudes como obediência e conformismo surge em detrimento de ações de solidariedade e luta.

Todas estas questões acrescidas do avanço da corrida armamentista com a ameaça nuclear pairando sobre nossas cabeças, exigem a busca imediata de alternativas para que a paz seja algo real. Para chegarmos às soluções, faz-se necessário o desenvolvimento de um amplo processo de educação para a paz, mantendo o compromisso com a luta pelas transformações sociais e a preocupação com as pessoas e com o mundo onde vivemos.

A educação para a paz é um trabalho lento e intenso, com resultados a médio e a longo prazos. Porém, é indispensável fazê-lo com clareza ideológica, como um ato político dirigido à luta incessante pela conquista de todos os elementos necessários para a sua construção.

Neste contexto, na área de Educação para a Paz o SERPAJ-Brasil tem atuado em três eixos principais: Educação Formal, Alfabetização de Adultos e Movimento Nacional pelo Desarmamento.

A educação em sala de aula

O educador(a) tem o compromisso de educar para a vida, visando a Paz e a não-violência ativa. Seu processo educativo deve ser coerente com este compromisso. Por isso não deve se deixar influenciar pelo modelo tradicional de educação onde predomina o egoísmo, a injustiça, a violência, baseados nas relações de poder e no estímulo de valores como a competição, o individualismo, autoritarismo e outros.

Os primeiros anos de vida do ser humano são essenciais para a formação das atitudes de solidariedade, paz e justiça. Portanto, a educação, nesta fase, deve ser um ato consciente onde deve predominar o modelo de sociedade e de pessoa que queremos construir.

Apesar de todo o autoritarismo educacional que vivemos, existem lacunas nesse sistema que devem ser preenchidas com práticas educacionais críticas e transformadoras. Este é um dos desafios da educação para a paz, que pode substituir esse espaço questionando e apresentando alternativas diante da nova maneira de encarar os conteúdos da metodologia, o na relação professor-aluno, na necessidade de autocrítica e trabalho em equipe, visando alcançar a mudança institucional do sistema educativo.

UMA NOVA MANEIRA DE ENCARAR OS CONTEÚDOS

Não se trata de incorporar novos conteúdos ou mudar os existentes, mas encará-los em uma nova perspectiva. Muitas vezes trabalhamos com nossos conteúdos como se fossem absolutamente verdadeiros e neutros, e estivessem fora da nossa realidade. Desta maneira, os conteúdos operam de forma ideológica, transmitindo uma visão parcial da realidade e ocultando seus aspectos conflitantes. Isso não contribui para criar uma consciência crítica no educando, diante da realidade e da necessidade de transformá-la, mas sim, o inverso. Acreditamos que o ponto fundamental é bus-

car a vinculação dos conteúdos com a realidade do País e dos estudantes. Começar com o que é conhecido até atingir o desconhecido.

Os conteúdos devem ser abordados através de técnicas que tenham como objetivo a aprendizagem coletiva, compartilhar idéias, cooperação mútua, praticar decisões em grupo, ter responsabilidade com sua própria aprendizagem, promover pensamento crítico e obter conclusões próprias.

METODOLOGIA

Educação para a paz exige também mudanças metodológicas. Não se trata de incorporar técnicas e meios modernos e, sim, algo mais concreto e simples, buscando novas formas de trabalho em sala de aula, saindo da rotina que estamos habituados, como: fazer a chamada nominal dos alunos, ditar textos e outros. Dentro dessa rotina damos ênfase à memorização dos conteúdos, que em geral pouco tem a ver com as inquietudes dos estudantes.

Temos que pensar em novas formas de trabalho que promovam o aprendizado coletivo e busquem o desenvolvimento da capacidade de pensamento e reflexão crítica, além da memorização. Precisamos desenvolver instâncias de participação dos estudantes no decorrer do curso.

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

É um aspecto fundamental para a educação para a paz. Muitas vezes, por diversos motivos, essa relação é classificada como pouco humana. É comum que professores não cheguem a reconhecer seus alunos e a problemática particular em que vivem. Muitas vezes asbestimamos os alunos menos capazes e a dimensão afetiva fica totalmente excluída. Educar para a paz implica também, buscar formas de relação mais humanas com os estudantes.

Um problema importante que está vinculado ao tema da relação entre docentes e alunos é a autoridade disciplinar. É necessário prevenir as formas au-

toritárias, mas por outro lado é preciso evitar o extremo oposto, ou seja, a ausência total de limites, o caos. Qualquer experiência educativa supõe a existência de certas condições mínimas de disciplina sem as quais não é possível realizar um trabalho.

Na relação professor-aluno não há igualdade nem reciprocidade. Na relação educativa enfrenta-se uma personalidade madura e outra no início de formação, sendo que a primeira exerce autoridade sobre a segunda.

É necessário que o educador tenha controle de si e da situação, sendo apenas uma autoridade e não necessariamente um autoritário.

NECESSIDADE DE AUTOCRÍTICA E TRABALHO COLETIVO

Temos que realizar uma autocrítica, seria e uma reflexão sobre nossa prática educativa, que não pode ser realizada isoladamente. Creemos que o caminho para alcançarmos uma educação para a paz e direitos humanos, implica realizarmos trabalhos de equipes de professores, onde se desenvolve uma reflexão sistemática sobre a educação para que possam elaborar e criar novas formas de trabalhos e experiências educativas, tanto para a turma, como extracurriculares, que devem ser avaliadas e renovadas.

MUDANÇA INSTITUCIONAL NO SISTEMA EDUCATIVO

Acreditamos que propor seriamente a educação para a paz, supõe pensar em modificações institucionais do sistema educativo. Presumo pensar em novas formas de organização da vida escolar, para que exista o funcionamento de instâncias que contêm com a participação dos estudantes, e seja possível obter uma nova forma de relação entre educadores e educando, além dos 40 ou 50 minutos de aula, uma ou duas vezes por semana. Novas formas de organização nas quais os estudantes possam intervir nas decisões que determinam o desenvolvimento da escola, apresentar e desenvolver iniciativas próprias.

É possível gerar tais atitudes em uma instituição em que os sujeitos permaneçam sentados recebendo passivamente informações, durante quatro horas diárias? É possível educar para a participação responsável na vida do País, em instituições onde os estudantes não tenham nenhum tipo de participação nas decisões a serem tomadas e que os afetam diretamente?

Por outro lado, desenvolver certas atitudes nos estudantes supõe que os próprios docentes possam desenvolvê-las. Não é possível formar atitudes democráticas com atitudes autoritárias. Não é possível educar para a participação se os próprios professores não têm possibilidade de participar das decisões que determinam as condições de sua tarefa educativa. Portanto, uma educação para a paz supõe, necessariamente, a modificação institucional do sistema educativo.

MOVIMEN

No decorrer do século XX, o mundo tem conhecido as mais cruéis experiências de aniquilação e morte: duas guerras mundiais, centenas de guerras "parciais", verdadeiros genocídios, campos de concentrações, torturas, explosões de bombas atômicas, armas químicas, mísseis, energia nuclear, milhares e milhares de mortes. Estes fatos significam brutais atentados contra a humanidade e deixam as pessoas de bom-senso atônitas, pois nada disto serviu de lição. Ao contrário, todos os anos vários países investem fabulosa quantidade de dinheiro na fabricação e aperfeiçoamento de sofisticados armamentos e na manutenção de imensos aparatos militares.

Diante do crescente avanço tecnológico nuclear, que poderá levar a espécie humana à extinção, as superpotências mundiais, que possuem o poder de destruir o mundo várias vezes, iniciaram

Histórico

O trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos iniciou em 1987, na cidade satélite do Gama/Distrito Federal, quando dois membros do SERPAJ/GAMA fizeram um treinamento desta metodologia em Ceilândia, com os jovens que lá trabalhavam desde 1986.

A partir de 1988, foram abertos círculos de cultura ou de alfabetização na comunidade de São Vicente de Paulo, no Gama, onde a comunidade além de ser alfabetizada, foi aprendendo a alfabetizar. A experiência foi crescendo à medida em que foram feitos contatos com jovens da Pastoral da Juventude, dos movimentos estudantis, da Escola Normal e outros que vieram se engajar na proposta de erradicação do analfabetismo em nossa cidade.

Em 1989, dois membros do Serpaj/Gama iniciaram o mesmo trabalho no Pedregal/GO. Lá o grupo do Serpaj/Pedregal se envolveu com o trabalho e fez a opção de assumir a alfabetização de jovens e adultos, como prioridade. Hoje, o Serpaj/Pedregal é visto no município de Luziânia, como o grupo de alfabetização de jovens e adultos, apesar dos órgãos governamentais não assumirem essa tarefa.

As condições de trabalho nesta área em que atuamos são muito difíceis. Desde 1987, não conseguimos financiamentos para o nosso trabalho. O dinheiro que o governo Ceilândia tanto fala que está aplicando em alfabetização, não chega nas mãos dos alfabetizadores populares, mas sim nas mãos dos grandes empresários e representantes da mídia. O único apoio oficial que temos é da Universidade de Brasília que mantém o assessoramento pedagógico na descoberta e recriação dos princípios de Paulo Freire, através da professora M^{te} Luiza Angelim, do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação/UnB. Essa metodologia é a base do nosso trabalho.

Apesar dessas dificuldades, temos sobrevivido nestes quatro anos com a garra dos jovens do movimento popular, que abraçaram esta causa. Isto chegou a ser tão importante, que no Gama, os 25 jovens que trabalham com alfabetização sentiram a

PARA A PAZ

ENTO NACIONAL PELO DESARMAMENTO

um processo de conversação visando eliminar a possibilidade de um conflito nuclear. Em meio a esta tentativa, com a total conivência da ONU, os Estados Unidos, que há bem pouco tempo atrás invadiram o Panamá em nome da defesa da democracia, entraram no Kuwait para expulsar as tropas iraquianas e, mais uma vez em nome da soberania dos povos, deixaram milhares de vítimas produzindo efeitos altamente danosos, que continuam até hoje.

Enquanto isso, com a contribuição nos episódios do Golfo Pérsico, o Brasil continua investindo bilhões de dólares para o desenvolvimento da tecnologia necessária para a construção da bomba atômica e do submarino nuclear.

Apesar de todas as discussões ocorridas em 1989 e 1990 sobre o programa nuclear brasileiro, desenvolvido pelos militares, culminando com a instalação de

uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional, para averiguar possíveis irregularidades cometidas sigilosamente pelos militares e as dúvidas sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos pelas forças armadas brasileiras continuam muito presentes e sem qualquer resposta convincente.

Para aumentar as suspeitas de que o Brasil continua empenhado em desenvolver a tecnologia nuclear, no início deste ano o Presidente Collor enviou um projeto de lei ao Congresso, que numa linguagem dubia deixa transparecer que os interessados em guerras, continuam atuando ativamente no Brasil. Entre outras coisas, o projeto tenta reugar o sigilo sobre assuntos considerados estratégicos, assegurando ao povo brasileiro o direito a informações diretamente relacionadas com seus interesses, constituindo-se em mais uma prova de que a imorali-

dade e a irresponsabilidade continuam imperando em nosso País.

Além de todas estas questões encontra-se militarismo e suas concepções ideológicas, que estão infiltradas em todos os setores da sociedade civil, direcionando os pensamentos, as atitudes e as ações de todas as pessoas e colaborando decisivamente para a manutenção da tirania capitalista em nosso País.

Usando conceitos de palavras como disciplina, obediência respeito à autoridade, nacionalismo e paz, direcionados conforme seus interesses, o militarismo atua silenciosamente, formando um consenso ideológico que fatalmente conduzirá à destruição.

Diante de todas estas questões e do fato de trabalhar pela educação para a paz, o SERPAJ-Brasil iniciou um processo de luta contra a corrida armamentista, suas causas e consequências, promo-

vendo o movimento nacional pelo Desarmamento, com o objetivo de incentivar a discussão sobre a corrida armamentista desenvolvida pelo Brasil, buscando criar uma consciência crítica, participativa e coletiva sobre o tema.

Precisamos desenvolver um amplo debate, que envolva toda a sociedade civil, criando um movimento forte, inclusive para poder pressionar as autoridades nacionais para que sejam feitas leis que proibam expressamente a produção de artefatos nucleares e impeçam o empenho humano e econômico para o aperfeiçoamento bélico.

É urgente a criação de uma nova cultura, que tenha compromisso com a dignidade humana, com novas concepções de vida, onde sejam desarmadas as mentes e as mãos.

Se queremos a paz, precisamos nos preparar

Alfabetização de Jovens e Adultos

necessidade de organizar a alfabetização de jovens e adultos. Por isso, foi criado no Centro Popular de Educação e Cultura do Gama-CPEC, que coordena as atividades dos círculos de Alfabetização e procura fazer uma ligação mais forte entre estes e os movimentos de Cultura Popular da cidade.

Também no Pedregal, o trabalho de alfabetização tem aberto outros caminhos para o grupo. O Serpaj/Pedregal participa da Frente de Integração e Luta Pro-Solução dos Problemas do Distrito do Novo Gama, a fim de divulgar a alfabetização e envolver mais pessoas com o trabalho desenvolvido com jovens e adultos. O grupo já conseguiu a adesão de alguns normalistas, que estão em fase de observação dos círculos de cultura.

O Serpaj/Pedregal tem conseguido a aprovação, nos últimos quatro anos, de alguns convênios com entidades, como Associação Católica do Brasil, e sindicatos, como o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar, o que tem garantido a compra do material básico para o nosso trabalho. No Pedregal, o convênio com a AEC está permitindo a construção de um pequeno salão para os trabalhos comunitários daquele grupo.

Avaliando, ainda, essa nossa caminhada, gostaríamos de ressaltar o valor da união dos grupos do Gama e Pedregal, para o avanço da proposta de erradicação do analfabetismo nestas cidades. O apoio mútuo tem contribuído para que o trabalho prossiga. Também a experiência de libertação que tivemos em 1990, voltada para a linha Educar para a Paz, ajudou na sistematização e organização do trabalho em educação dos dois grupos. Por isso, acreditamos que a História que fazemos, hoje, os grupos do Serpaj/Gama e Pedregal pode ser útil para outros grupos da entidade. Neste sentido esperamos espalhar nossa experiência para outros companheiros que queiram abraçar esta luta.

Passaremos agora a apresentar um pouco sobre a metodologia que utilizamos na alfabetização de jovens e adultos, para que todos possam ter clareza de como se dá

este trabalho.

METODOLOGIA:

É feito a partir da filosofia Paulo Freire, que visa a Educação Libertadora. O objetivo desta filosofia é a valorização do conhecimento que o alfabetizando possui, possibilitando que ele mesmo descubra novos valores. Constitui-se numa forma de compreender criticamente o mundo, no qual a aprendizagem se dá pelo princípio da descoberta.

A relação e troca de experiência entre coordenadores e alfabetizandos é um passo importante para a aprendizagem, eliminando a concepção de que só o professor sabe e o aluno é apenas um objeto a ser moldado.

O processo de alfabetização de jovens e adultos, denominado círculo de cultura, inicia-se a partir dos seguintes passos:

1 - CONTATOS PARA A FORMAÇÃO DOS CÍRCULOS E UNIVERSO VOCABULAR:

No início, é necessário a definição do grupo que iremos alfabetizar. Por isso, realizamos visitas, conhecemos a comunidade. Paralelo a essa organização do círculo, vamos realizando o levantamento do Universo Vocabular, ou seja, listamos palavras do cotidiano da comunidade retiradas dos diálogos em paradas de ônibus, bares, mercados, filas de bancos etc.

2 - SELEÇÃO DAS PALAVRAS GERADORAS:

Das 150 palavras listadas, fazemos uma seleção utilizando quatro critérios:

- Revisão geral da lista para verificarmos se as palavras são realmente do cotidiano das pessoas que serão alfabetizadas.

- Seleção dentre esta lista das palavras que representem as questões ideológicas, sociais, políticas e econômicas.

- Escolha das palavras que podem ser representadas figurativamente por cartazes, sídes ou material concreto.

- O último critério é o das dificuldades fonéticas, ou seja, das 150 palavras serão utilizadas para a alfabetização, correspondendo às principais dificuldades da nossa língua.

3 - PREPARAÇÃO DO MATERIAL E DEFINIÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS:

Tendo as palavras geradoras definidas, o coordenador e observadores preparam as cartazes, as fichas dos alfabetizandos, enfim, todo o material necessário. Juntamente com o grupo dos alfabetizandos procuramos definir o local e horário mais adequados à realidade deles.

A experiência tem demonstrado que o círculo em dias alternados, com duas horas de duração tem sido mais viável, tendo em vista que os alfabetizandos são todos trabalhadores e não têm tempo disponível em outros horários para estudar em casa.

4 - CÍRCULO DE CULTURA:

O círculo se dá, aproximadamente, de 4 meses, englobando 3 momentos:

- **ALFABETIZAÇÃO:** Estudos das palavras geradoras tiradas a partir do levantamento do Universo Vocabular, com a formação de novas palavras e frases, que vão surgindo do debate da problemática existente, que envolve cada palavra.

- **PÓS-ALFABETIZAÇÃO:** Tendo superado os padrões mais simples da língua portuguesa, é o momento de elaborarmos textos, cartas, bilhetes, bem como lermos todos os materiais trazidos pelos alfabetizandos.

- **NUMERIZAÇÃO:** Momento de sistematização dos conhecimentos já adquiridos pelos alfabetizandos, no que se refere aos números e às operações matemáticas.

Terminado os trabalhos de alfabetização, procuramos encaminhar os alfabetizados para o supletivo, a fim de que possam dar continuidade a seus estudos. Infelizmente, nem todas as pessoas conseguem dar prosseguimento, pois os órgãos governamentais não se interessam em oferecer oportunidades nesse sentido.

A EQUIPE:

A experiência de alfabetização de jovens e adultos desenvolvida pelos grupos do Gama e Pedregal tem sido bastante válida à medida que, a partir dos círculos de alfabetização, conseguimos desencadear uma discussão que avalia a realidade e tenta buscar soluções para os problemas da co-

munidade. Outro ponto positivo é a integração com outros grupos que conseguimos envolver com a problemática do analfabetismo no Brasil.

Por isso, convidamos os demais grupos do Serpaj-Brasil a abraçar essa luta que, sem dúvida, poderá contribuir para o avanço da entidade em todas as cidades e, ao mesmo tempo, colaborar para a formação de uma consciência crítica nas pessoas com as quais trabalhamos. Nesse sentido, a equipe de alfabetização enviou cartas a todos os grupos relatando a experiência de alfabetização com o método Paulo Freire e oferecendo ajuda para desenvolverem o mesmo trabalho. Já recebemos resposta positiva de alguns grupos e estamos aguardando dos demais.

Conclusão

A construção da paz é um processo ativo, que assume os conflitos, resolvendo-os de forma justa para todos os envolvidos, exigindo a transformação radical da sociedade, com a eliminação de todas as formas de violência, implícitas e explícitas, que impedem as pessoas de realizar suas necessidades fundamentais. Para chegar-se a um processo desta ordem, é necessário um amplo e profundo projeto de educação para a paz, que permeie todas as nossas ações, em todas as nossas lutas.

As questões aqui colocadas, significam que a educação para a paz implica em modificações de condutas, de conceitos e de valores, em modificações estruturais e sociais, no conhecimento de si mesmo e no convívio harmonioso com os outros, privilegiando todos os aspectos da vida que possam colaborar para a efetivação das transformações necessárias para chegarmos a uma sociedade realmente nova.

Ângela Shanguerlin Chemin
M^{te} do Rosário N. R. Alves
M^{te} Margarida Machado
M^{te} de Lourdes Gaio
Tânia R. Zamberlam

6 Objeção de Consciência

O SERPAJ Brasil desde a sua fundação tem se preocupado com as questões relacionadas com as Forças Armadas — especialmente com a corrida armamentista. Por isso, no decorrer de sua história, realizou várias atividades que demonstravam seu posicionamento contra a indústria de conceitos e de materiais de morte.

Em meados de 1984 configurou-se a possibilidade de se efetivar uma nova constituição. Nesta época, os militantes do SERPAJ surgiram com a ideia de se trabalhar a Objeção de Consciência. Após longos estudos sobre a questão baseados em países que enfrentavam essa situação avaliando a realidade brasileira, optamos por desenvolver um trabalho pela conquista de um serviço alternativo ao serviço militar.

Com o desenvolver do processo de regulamentação — foram desenvolvidas discussões de aprofundamento sobre esse tema, avaliando os passeos desenvolvidos e suas consequências — e perspectivas. Hoje, avalia-se que para a transformação da sociedade, precisamos também atuar pela Objeção de Consciência plena, sem qualquer tipo de prestação de serviço alternativo, que poderia dar respaldo a ações governamentais e militares que não interessam ao processo de luta necessário para chegarmos a uma nova sociedade.

A Objeção de Consciência significa um avanço, pois vai além da simples negativa de pegar em armas e treinar para matar. Significa questionar também os valores criados e alimentados pelos sistemas militares e que colaboram decisivamente para a manutenção da exploração, realizando uma crítica aberta ao capitalismo apoiando-se com os aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

A cada instante no processo histórico, percebe-se o grau de avanço e a busca constante pela liberdade. Mesmo assim, muitos países ainda deverão ser dados para que haja a plena realização desse direito.

A Objeção de Consciência pode ser encarada de forma global como a negação ao cumprimento de uma determinada lei ou norma obrigatória. O homem deve orientar-se segundo a sua própria consciência e nunca conforme um sistema de pensamento definido por si só.

O direito ao Objeção de Consciência é um direito fundamental que se deriva diretamente do direito à liberdade ideológica e de consciência. Ter liberdade para expressar as próprias ideias, significar, também, não ter a obrigação de atuar contra as mesmas.

A atitude de negar-se perante um ato obrigatório quando este vem em contradição ao seu objetivo, é um ato de desobediência civil. Portanto, agir como um objetor é um ato de desobediência civil.

O tema que nos toca é a Objeção de Consciência como uma crítica e recusa ao sistema militar a sua ra-

zão de ser o militarismo crescente em nossa sociedade.

ANTECEDENTES MUNDIAIS DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

A Objeção de Consciência é tão antiga como as primeiras civilizações e entendida em um sentido amplo como a oposição a uma lei, norma ou situação que afeta os valores, crenças ou convicções de uma pessoa e acompanha a humanidade desde que nela existem as leis como norma de comportamento.

Somente após a instauração do serviço militar obrigatório por Napoleão, no início do século XIX, surge os primeiros casos de rechaço contra esta norma, partindo de jovens que pertenciam às grandes igrejas tradicionais pacifistas, que se opõem por motivos religiosos, a essa norma, negando-se a participar do exército e das guerras. Até então, o fenômeno da guerra e, portanto, o militar parecem algo à margem da vida civil.

Todavia, a causa histórica principal que tem dado um crescimento qualitativo e quantitativo à Objeção de Consciência foi a atrocidade Segunda Guerra Mundial. Mesmo com o triste saldo de 33 milhões de mortos, a militarização avança em grandes proporções. Hoje, o mundo tem se convertido em um verdadeiro arsenal nuclear que coloca em risco toda a humanidade.

Em contraposição a esse sistema surgem os movimentos de objetores que adquirem, rapidamente, um sentimento de simpatia e reconhecimento, pois a Objeção de Consciência é uma característica inerente a muitas pessoas, mas alguns insistem em escondê-la.

O OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NO BRASIL

O Exército é um dos instrumentos que serve para fortalecer a manutenção e a expansão política de sua ideologia. Essa influência na vida do povo brasileiro controla tanto a sua vida como o seu comportamento, impondo valores militares: centralização, autoritarismo, hierarquização, disciplina, conformismo, ordem, combatividade, individualismo, competitividade, e etc., dominando a cultura, a educação, a política, os meios de comunicação, a economia, e outros, às custas da sociedade civil.

A violência que assola o País é uma brutal agressão aos direitos humanos. Diante desta triste situação acreditamos que urge a necessidade de que os jovens que rejeitam a ideologia militarista, se organizem e manifestem o seu repúdio à norma estabelecida. Para isso, faz-se necessário lutar organizadamente para que sejam respeitadas e para que possam garantir os seus direitos políticos.

Atualmente a Constituição Federal prevê, no artigo 143, que será regulamentado, a existência de um

Serviço Alternativo ao Serviço Militar obrigatório, que permanece sob a tutela das Forças Armadas.

Isso significa a impossibilidade de liberdade para escolher a instituição para a qual prestar o serviço, como também a utilização do jovem como mão-de-obra barata, realizando tarefas que são de responsabilidades do Governo.

O serviço alternativo pode ser utilizado como um castigo àqueles que se negam a prestar o serviço militar obrigatório, por motivo de Objeção de Consciência. Esse tipo de serviço impossibilita o desenvolvimento de uma discussão profunda sobre o papel do Exército na sociedade, principalmente com a população jovem. Ocorrendo a prestação do serviço alternativo, o comportamento do jovem não expressará um desafio à militarização.

Ser um Objektor de Consciência hoje é abrir caminhos, despertar novas possibilidades, dar um novo sentido à vida individual e coletiva, visando uma ou várias soluções possíveis, que se aproximem ainda mais dos princípios éticos que valorizam o ser humano. É assumir uma atuação social de maneira ativa, participativa e respeitar a consciência de cada um.

Temos que discutir a articulação e a organização de objetores, visando uma ampla discussão sobre o tema, bem como, o papel e a atuação das Forças Armadas e o desenvolvimento e expansão do militarismo na América Latina. Com a Objeção de Consciência procuramos discutir o desenvolvimento da corrida armamentista e suas consequências e reforçamos a luta antimilitarista, levando em consideração a discussão sobre o papel e o objetivo de um verdadeiro serviço civil (alternativo) na sociedade brasileira.

A LUTA E OS OBJETIVOS DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

A discussão a ser travada com a sociedade brasileira procura definir a concepção da Objeção de Consciência a partir de um ponto de vista antimilitarista.

Entendemos a Objeção de Consciência como uma forma de desobediência que vai além da esfera individual. É uma opção responsável e coletiva pela não participação no sistema militar e no seu conceito de "defesa", questionando-se, assim, a militarização da sociedade.

Baseado em experiências vividas em outros países, constatamos que a prestação de um serviço civil (alternativo) por parte de militares de objetores não desencadeou na sociedade um verdadeiro debate sobre o papel do Exército.

Sendo assim, apontamos um questionamento: até que ponto o serviço civil (alternativo) contribui para a consolidação do militarismo na sociedade?

Em diversos países percebemos que os objetores não estão empenhados num ato de desobediência civil,

mas como indivíduos que se limitam a recusar o porte de armas em consequência de uma vontade pessoal. Consequentemente, o seu comportamento não expressa um desafio à militarização. Em relação a alguns países europeus é cada vez mais evidente que o chamado "serviço civil" é uma parte integrante dos planos de guerra. Portanto, precisamos abolir o serviço obrigatório.

Consideramos que a Objeção de Consciência é um tema central em qualquer debate sobre a paz. Isto, na medida em que a Objeção de Consciência constitui o desafio mais direto à "imagem do inimigo", que cria as fronteiras entre os homens. Essa imagem central é, infelizmente, uma forma de pensamento veiculada pela propaganda dos blocos político-militares e destinada a ser interiorizada pelas pessoas.

OS DESAFIOS PARA A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Portanto, lutar pelo reconhecimento pleno da Objeção de Consciência é um desafio para aqueles que desejam transformações sociais. Para isso, teremos que estar atentos e preparados para a revisão constitucional em 1993, mobilizando os jovens e suscitando na sociedade a discussão sobre o papel e a atuação das Forças Armadas, bem como, a viabilização de uma proposta antimilitarista.

Assim, nosso objetivo é propor uma alternativa de defesa popular, que para o militarismo defesa significa privilégios econômicos, a defesa de princípios ideológicos, e etc.

A proposta antimilitarista deve investigar e desenvolver uma defesa alternativa onde exista coerência entre os meios empregados e os fins, não adotando, em nenhum caso, valores ou esquemas militares.

Esse sistema de defesa deve responder às necessidades do povo como direitos humanos e sociais, sistema social justo, qualidade de vida, o direito a uma educação livre, respeito ao meio ambiente; construir um sistema de defesa eficaz diante de eventuais agressões interiores e exteriores fundamentado na resistência e na não-violência.

Não basta, deve estar ao alcance e controle da maioria dos cidadãos. Essa defesa descentralizada deve restituir aos indivíduos e às comunidades locais, iniciativas, responsabilidades e o poder. Que seja uma prática cotidiana e contínua rumo a uma militarização social.

Diante dessas reflexões e a partir das discussões e posições a serem assumidas pela próxima Assembleia Nacional, que acontecerá em julho/91, o SERPAJ-Brasil estará encaminhando propostas de lutas concretas e organizativas pela conquista do direito à Objeção de Consciência.

Maria Cicera Alves da Silva
Membro do Conselho Nacional

Assembléia Trienal da WRI

(War Resisters International)

A WRI (Internacional de Resistência à Guerra — IRG) estará realizando a sua assembléia trienal, que teve como participante em 88 a companheira Ana Odália Vieira Sena, representando o SERPAJ Brasil.

Este ano será realizado na Bélgica na semana de 28 de julho a 3 de agosto, e nela discutirão diversos temas com o objetivo de aprofundar a linha de trabalho levada nos últimos três anos e suas perspectivas para o futuro.

Base é um encontro de todas as seções e organizações filiadas a WRI, onde participarão cerca de 200 a 300 pessoas.

Para esta assembléia o Movimento de Objetores de Consciência — MOC da Espanha consultou ao SERPAJ-Brasil sobre o interesse em participar, abordando a situação na América Latina sobre as não-violentas, antimilitarismo, objeção de consciência, e etc.

Após discussão e avaliação na reunião do Conselho Nacional aprovou-se o nome do companheiro Norberto Chemin que nos representará na respectiva assembléia no dia 30/07, onde terá que apresentar sua exposição no Fórum: From repression to what democracy?, e transmitir em trinta minutos a experiência da luta contra a militarização na América Latina, principalmente no Brasil, seus objetivos, estratégias e suas condições especiais sobre uma realidade onde o impacto e o poder dos militares é mais forte.

O objetivo do MOC é que no seio da IRG (WRI) se conheça melhor a realidade das lutas antimilitares e não-violentas de outros contextos culturais que não sejam o europeu e o norte-americano e que se abra um pouco o horizonte, às vezes tão restrito, ao se falar de "antimilitarismo".

Jean Goss: companheirismo e luta

Na madrugada do dia 03 de abril de 1991, morreu em Paris, França, JEAN GOSS, um dos fundadores do SERPAJ-AL e membro do seu Comitê Honorário.

Jean foi um lutador incansável na não-violência militando intensamente pela causa dos pobres em favor da vida.

Muito jovem, começou a trabalhar em diferentes empregos. Com 15 anos já militava no movimento sindical, especificamente na associação dos ferroviários, tornando-se um importante ativista.

Durante a II Guerra Mundial, Jean chegou a ser sargento de artilharia do Exército Francês. Sua experiência nos campos de prisioneiros na Alemanha mudou o sentido de sua vida. Como sempre manifestou, descobriu Cristo como o eixo de sua vida e, através dele, o poder do amor.

Em 1962, Jean, juntamente com sua esposa, Hildegard, veio ao Brasil com o objetivo de divulgar a não-violência. Compararam a uma assembleia dos trabalhadores em greve na Indústria de Cimento Perus-SP. No final da assembleia, Jean disse que aquele era um movimento não-violento, com princípios de não-violência.

A partir disso, os contatos foram aprofundados até que em 1978, foi criada a Secretaria Nacional Justiça e Não Violência, atualmente SERPAJ-Brasil.

Em todos estes anos de caminhada de nossa entidade, Jean esteve sempre presente, com seu carisma, sua missão, seus ensinamentos, que nos auxiliaram, em muitos momentos, a continuarmos firmes e com coragem na luta não-violenta.

Obrigado, Jean, por sua militância e companheirismo.

É a Hildegard, esposa e companheira, o abraço solitário do SERPAJ-Brasil.



Reforma Agrária e Urbana

Nos dias 16 e 17 de março de 1991, estiveram reunidos em Brasília os companheiros Ailton (CE), Cido (FS), Norberto (BSB) e Raniere (BA), para discutir e avaliar a atuação do SERPAJ-Brasil na área da Reforma Agrária e Urbana, assim como levantar propostas de ação para os próximos anos. Na mesma oportunidade foi apresentado a luta de cada região e como se deu, até este momento, a participação efetiva dos militantes ou núcleos do SERPAJ, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e as perspectivas de continuação das atividades.

A avaliação partiu da questão que há muito tempo a entidade vem refletindo. A reforma agrária seria uma linha de ação ou de apoio? Analisando a realidade constatamos a existência das duas situações. Não somos uma organização específica de trabalhadores rurais, sem-terra, que objetiva alcançar a terra para então iniciar o processo de produção e dela sobreviver. Nossas atividades não estão exclusivamente voltadas para esta área, o que significa não aglutinarmos todas as forças na organização da luta pela terra. Porém, isto não quer dizer que os grupos do SERPAJ não atuam diretamente neste campo. Há grupos que realizam ocupações em conjunto com movimentos de moradia. Outros grupos nasceram destas ocupações e iniciaram um trabalho longo de conscientização popular. Da mesma forma, temos grupos e militantes que seu único trabalho consiste em organizar trabalhadores rurais para que se efetivem as ocupações, os acampamentos e a conquista de assentamentos.

Sucessivamente poderíamos relatar experiências concretas de luta pela moradia e pela reforma agrária, nas quais os militantes levam a proposta da luta de resistência não-violenta. Com esta prática pretende-se desenvolver um trabalho, bastante árduo, de organização e fortalecimento da luta popular e da rede de apoio nos que querem terra para produzir. A nova sociedade só será estabelecida no momento em que houver uma real distribuição da terra, com a eliminação do latifúndio e a implantação do trabalho coletivo ou cooperativo

no processo de produção.

Frente a esta realidade é que levantamos estas propostas, abertas à discussão e avaliação para nortear os trabalhos futuros: 1º — Continuar as reuniões da equipe e viabilizar a participação de mais pessoas, objetivando avaliar o processo desta luta e torná-lo mais eficiente e politizado; 2º — Apoiar as lutas pela reforma agrária e Urbana, denunciando as violências e assassinatos cometidos contra os trabalhadores; 3º — Continuar a participação na Campanha Nacional pela Reforma Agrária; 4º — Participar efetivamente na luta pela terra e moradia das ocupações e assentamentos, até que os grupos ou pessoas estejam diretamente envolvidos com a mesma; 5º — Assessorar os grupos que trabalham nesta área nas estratégias de não-violência, visando o aperfeiçoamento e avanço desta experiência; 6º — Concretizar, a longo prazo, assessoria jurídica para os grupos ou militantes sempre que for necessário; 7º — Desenvolver um programa de formação política sobre a não-violência e a sua relação com a luta pela terra; 8º — Aprofundar a proposta de organização coletiva do processo de produção; 9º — Elaborar documentos e textos para divulgar a proposta da entidade sobre este tema.

OCUPAÇÃO URBANA EM ITAMARAJU — BA

Dia 25 de janeiro de 1991, um grupo de 250 famílias ocupou uma área de aproximadamente seis hectares na cidade de Itamarajú, no Estado da Bahia. Esta área fica na periferia da cidade, banhada por Ribeirão, onde é feito o escoamento do esgoto de toda a área urbanizada. Mesmo assim, a área é considerada nobre e desperta o interesse da burguesia local que age com violência contra a ocupação feita pelos trabalhadores.

A pessoa que se diz proprietária da área não aceita a ocupação e procura dificultar os trabalhos das lideranças com ameaças e provocações. Dois militantes do SERPAJ, Raniere e Romilda, estão sendo constantemente ameaçados de morte.

Quanto à área, está comprovado por documento que, é de proprie-

dade da União. Por isso, os ocupantes encaminharam ao prefeito local o pedido de titulação e cadastramento das famílias para que se faça a distribuição dos lotes.

As famílias que realizaram esta ocupação são bastante carentes. Mais da metade delas construíram seus barracos com lona e nelas moram em condições subumanas. As demais estão construindo gradativamente casas com tábuas velhas. As crianças tomam banho no ribeirão, onde, inclusive, os pais acabam usando a mesma água imunda para lavarem roupas e utensílios domésticos.

A origem das famílias que criaram o movimento rumo à ocupação, vem das ruas e das pontes. A renda familiar é insignificante não cobrindo despesas como aluguel, alimentação etc. Isto mostra a urgência com que o caso deve ser tratado o que não aconteceu até o momento.

Para enfrentar a situação, as famílias encontraram uma alternativa que é a construção de casas populares, com baixo custo e em sistema de mutirão. Para isso, está sendo viabilizado a compra de instrumentos e materiais que possibilitem a confecção de blocos de cimento para serem utilizados nas construções. Os blocos feitos pelas famílias tornariam mais barato a construção das casas, somada à ajuda do trabalho coletivo.

As pequenas experiências de luta pela terra e moradia que acontecem em diversas regiões do País, certamente contribuem muito para o avanço da organização popular. Ainda precisamos caminhar bastante, nos politizar, conscientizar mais pessoas e formar mais lideranças que coordenem a luta. Contudo, o rumo a ser seguido está claro. É o da pressão constante contra o poder estabelecido, questionando sua morosidade na efetivação das desapropriações que favoreçam os trabalhadores. A luta pela reforma agrária faz parte das estratégias de transformação social. Nosso trabalho deve ser em função da implantação de um novo sistema de distribuição da terra. De braços cruzados nada acontecerá em favor dos oprimidos.

Assembleia Nacional 1991

A Comissão de Preparação da VIII Assembleia Nacional que acontecerá no período de 24 a 28 de julho, encaminhou as discussões sobre os temas que serão debatidos na assembleia para a preparação dos delegados, visando a apresentação das propostas para a organização do SERPAJ. Essa iniciativa produziu resultados positivos e contou com a participação efetiva em todos os encontros regionais.

Daremos um passo significativo rumo à melhor organização da entidade e esperamos que delegados aprofundem as discussões, apresentando propostas construtivas e tomem deliberações eficientes e condizentes com a nossa realidade.

A pauta de discussão proposta pela Comissão ficou assim:

- 1 — Análise de Conjuntura Nacional e Internacional;
- 2 — Avaliação das linhas de ação, grupos regionais e nacionais;
- 3 — Definição ideológica da entidade sobre não-violência, mistica, política internacional e política de alianças;
- 4 — Definição do plano estratégico de atuação nacional, função dos regionais e grupos, finanças (autofinanciamento e orçamento 91-94);
- 5 — Organização e estatuto;
- 6 — Eleição do Conselho Nacional e coordenação.

A VIII Assembleia Nacional acontecerá na CONTAG, setor de mansões PARK WAY, Qd. 1 Lt. 3 cj. 2 — Núcleo Bandeirante, Brasília-DF. A primeira chamada para instalação será às 14:00h, do dia 24/07 e deverá contar com o quorum de 25% e a segunda chamada será uma hora mais tarde com o mesmo quorum.

INTERCÂMBIOS

O SERPAJ-Brasil estará efetuando a partir do 2º semestre/91 um intercâmbio com a duração de um ano com a Comunidade Arca na França. Em 1989, tivemos a alegria de receber a visita do companheiro Marcos Aranha que é brasileiro, mas vive há alguns anos nessa comunidade. Após a visita do Altamir à comunidade, vimos a importância de efetuarmos algo mais concreto, surgindo assim o intercâmbio.

O objetivo é uma troca de experiências e vivências de dia a dia, pois essa comunidade tem uma postura de vida não violenta.

Sendo assim, apresentamos o nome da companheira MARIA ANÁLIA DA SILVA, que foi contemplada com essa riquíssima experiência, após o processo de indicação de nome e avaliação.

Abaixo descrevemos a carta da mesma quando dirigiu-se à entidade falando de seus propósitos.

João Pessoa, 29 de março de 1991.
Aos amigos do SERPAJ, meu abraço.

Há muito tempo que venho descobrindo o valor de se viver comunitariamente, com uma perspectiva libertadora e alternativa. Esse desejo tem aumentado na medida em que conheço pessoas que vivem esse tipo de experiência pelo mundo a fora. Infelizmente vivemos numa sociedade consumista e carreirista onde o que importa é a competitividade e não a pessoa humana.

A não-violência-ativa acredita numa proposta de vida e de luta transformadora, alternativa e longe desse desastre e oportunidade aos seus militantes.

VISITAS SERPAJ

NARAYAN DESAI, presidente da WII (WORLD RESISTANCE INTERNATIONAL - Internacional da Resistência à Guerra) e filho de um dos secretários de Mahatma Gandhi e que teve a oportunidade de viver com e trabalhar com Gandhi desde menino, visita a América Latina no período de 15 de maio a 02 de junho, passando por Equador, Panamá, Nicarágua e Brasil.

Desai chegou ao Brasil no dia 15 de maio e permaneceu aqui por 15 dias e pôde trabalhar um pouco de suas experiências com a companheira Orla Maciel, ex-coordenadora de "Ritmo-Ação", em São Paulo conheceu a parte da realidade brasileira, isso é a segunda vez que Desai visita o Brasil. Em fevereiro de 1991, participou da VI Assembleia Latino-Americana do SERPAJ, ocasião de descer, onde teve a oportunidade de conhecer vários trabalhos desenvolvidos nas diversas regiões.

Desde vez, Desai manteve contatos com o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e com Afrânio Kuma, membro do Serviço Social e simpático do SERPAJ. Conheceu várias experiências do SERPAJ - Brasil através dos ex-coordenadores, Mario Carvalho de Jesus e Almir Andrade Silva e participou de uma assembleia de um assentamento urbano.

Durante sua permanência, Desai fez algumas palestras nos distritos de São Leopoldo e Viçosa sobre o tema: LIÇÕES DE GANDHI: PROPOSTAS PARA UMA RUPTURA NA CONJUNTURA BRASILEIRA. Concluiu a palestra para o Jornal Evangelho e Jornal Voz dos Sem-Terra e Jornal Zero Hora. Reuniu-se com o Movimento dos Sem-Terra de Porto Alegre, o convívio com coordenadores do SERPAJ-Brasil, Mariana Besserra e Altamir Lebes, com o membro do Conselho Representativo Nacional, Ricardo Wagner.

Visita, ainda, a fazenda Itel onde se comemora os três anos de ocupação.

Acreditamos que as visitas estão em muito contribuindo para o conhecimento e a partilha das nossas experiências nas lutas do cotidiano, proporcionando a liberdade para a continuidade dos nossos trabalhos, principalmente diante da triste realidade em que vivemos.

Minha perspectiva é de poder vivenciar uma experiência de vida com um grupo com esta proposta para uma transformação pessoal, grupal e social transformando esta sociedade em todos os aspectos, sendo uma resposta a tantas desigualdades e selvageria.

A comunidade de Arca tenta viver um tipo de vida comunitária, autônoma e tem a música não-violenta como um princípio de vivência, com distribuição de tarefas e de renda de acordo com a necessidade. É uma resposta concreta de vida à sociedade burguesa. Todos os componentes têm que participar das atividades cotidianas assumindo com responsabilidade as decisões, se ajudando mutuamente e contribuindo para o crescimento e andamento da comunidade nos âmbitos social, cultural e político-econômico. Todo o grupo é responsável pelo trabalho e renda para o auto-sustento. O estilo de vida humana preocupa-se com a conservação da natureza, convidando as pessoas a deixarem tudo o que é degradante ao ser humano.

O intercâmbio de uma experiência dessa natureza depende muito dos nossos grupos apresentarem uma proposta concreta de como querem que seja este repasse ou até de se começar uma experiência aqui no Brasil com pessoas que acreditam e aceitam esse novo jeito de vida. Ovílio que relatórios e pequenas palestras são de suma importância para passar essa experiência e vencer todos os obstáculos. Aproveitarei o máximo possível.

MARIA ANÁLIA DA SILVA
Membro do Grupo de João Pessoa, PB e do Conselho Nacional

Durante o período de 15 de março a 15 de abril recebemos a visita de 14 membros do divórcio cívico, todos praticantes, com o intuito de conhecer mais de perto a realidade brasileira e as experiências vividas neste momento conturbado. Sabendo-se, é claro, que o tempo que ficou aqui não era suficiente para tudo. Sendo assim, realizamos primeiramente a Rua Grande do Sul, onde reuniram-se com o grupo do SERPAJ em São Leopoldo, com o Pastor Piquito da Silva, com o Pastor Werner Fuchs discutindo sobre as igrejas, com Ellen Debrahn sobre o Movimento Meninas e Meninos de Rua. Visaram o Centro da saúde as mães solteiras, e participaram de um Encontro sobre Educação familiar, relacionado com a rede da IECLB e Secretaria da Educação.

Após chegar em Brasília, o grupo civilizou, oito foram para o interior de Goiás. Os demais permaneceram e conheceram uma parte da Candelária, onde passaram todo o dia, e conheceram atividades que por lá são desenvolvidas, também foram a Guanabara e viram de perto uma experiência de trabalho comunitário na área indígena, onde ainda se preserva a cultura.

No Distrito Federal tiveram a oportunidade de conversar com o presidente do CUT-DF, Eraldo de Espírito Santo, com Gilberto, do CIM, e com Sérgio, do MMR.

Foram ao Gramma conhecer de perto o trabalho realizado na área de alfabetização de adultos. Campanhas do grupo SERPAJ, Santa e Pedregal, apresentaram algumas ações de métodos utilizados com exposição dos materiais didáticos utilizando cartazes, fotos etc. Em seguida dividiram-se em pequenos grupos e foram visitar os espaços de cultura, onde puderam ver a prática do trabalho.

Esses companheiros também visitaram o distrito de Niterói do SERPAJ-Brasil, onde conversaram sobre os trabalhos desenvolvidos e outras coisas.

Alguns desses companheiros estão atualmente na cidade de Goiânia. A presença do grupo de solteiras do SERPAJ-Brasil, isso é resultado dos intercâmbios que vêm ocorrendo com estes companheiros, através de outras visitas no Brasil, como a visita de Altamir Lebes, coordenador nacional, a Fuzo e ao povoado. Nesse sentido, a visita também foi valiosa para que, mesmo ligeiramente, pudessem conhecer o nosso trabalho.

Estadual São Paulo

Dois vindeiros grupos organizados nessa região, pelo menos cinco se dedicam à questão da luta pela moradia.

O grupo de São Miguel conseguiu construir suas casas e agora está lutando pelo melhoramento do bairro, principalmente a infra-estrutura. Outros grupos ainda se encontram em fase inicial da luta, a exemplo do do Roberto.

Os grupos da região leste da grande São Paulo, que acompanham o movimento dos Sem-Terra, ocuparam, em 1º de maio, uma área em Itaquaquecetuba para pressionar o governo Estadual a atender suas reivindicações. No dia 15 de maio, estes grupos, juntamente com o MST, fizeram uma manifestação no Palácio dos Bandeirantes para pressionar as autoridades responsáveis para que encaminhassem os compromissos assumidos mas que ainda não foram cumpridos.

A falta de moradia é um dos principais problemas sociais do país e também uma questão com forte potencial para mobilização. Morar é tão necessário quanto vestir, comer, e etc. Por isso, sem dúvidas um desafio que devemos enfrentar. Viver na cidade é um desafio e por isso um desafio deve ser defendido e exigido.

Com o rápido crescimento das cidades, o aumento salarial, o desemprego e a recessão impostos pelo Governo Collor, o trabalhador está cada vez mais distante dos centros urbanos e conseqüentemente, do seu emprego e dos serviços públicos.

Por esses motivos é que os grupos de São Paulo estão firmes na luta.

Angra dos Reis

Esse Grupo está desenvolvendo a Campanha pelo desarmamento. O primeiro objetivo é acabar com o desaquecimento da população, as briguetas que induzem à violência. Para isso, executaram várias atividades nas comunidades de brinquedos solicitando a adesão dos mesmos a essa Campanha.

O propósito da Campanha é substituir os brinquedos violentos pelas alternativas para que as crianças possam se divertir com objetos educativos e construtivos.

O trabalho também será levado aos pais para que não comprem brinquedos como revólver, espada, tanque de guerra, carro de polícia, carro de combate, enfim, equipamentos militares, e etc. O Grupo pretende incentivar as crianças a encontrarem satisfação nos brinquedos que desenvolvem a mente e as habilidades. Para isso, estão desenvolvendo um trabalho educativo em cima do personagem Papai Rico brasileiro, o SACI PERERE.

Dentro da Campanha o Grupo está confeccionando folhetos explicativos para as comunidades, pais ou responsáveis e convidando as crianças para participarem da gincana Não-Violência, e a defenderem o meio ambiente.

A Campanha prosseguirá até o dia 31 de outubro quando será comemorado o Dia Internacional do Desarmamento, pois o lema do grupo é: "com mãos armadas jamais poderemos dar o abraço da paz".

SERPAJ-Ribeirão

Em junho de 1989 dois trabalhadores foram assassinados com selvageria por três policiais militares do destacamento local.

O crime horroriza a comunidade de Vito Miracópia, onde se deu a morte. A comunidade mobilizou-se e deu impulso à criação de um núcleo do SERPAJ. Os dois jovens, SERPAJ e comunidade, iniciaram uma ação jamais vista na cidade em busca da justiça. Várias entida-

des de direitos humanos, nacionais e internacionais uniram-se para cobrar das autoridades a abertura da inquérito e o prosseguimento do processo. Também foram organizadas atos públicos na cidade com a participação maciça da população da região.

Grças a toda esta pressão o processo seguiu seu curso. Inquéritos foram instaurados, testemunhas ouvidas e o final chegou-se aos três acusados, que foram indiciados.

A luta por não se deu por encerrada. Em dezembro de 1990, passando um ano e meio do crime, quando o processo chegou à justiça militar, nova campanha de pressão às autoridades foi lançada. O SERPAJ e o Centro Luiz Freire elaboraram um dossiê que foi enviado a várias entidades de direitos humanos, pedindo-lhes que pressionassem o governador de Estado e a autoridade judiciária responsável pelo processo.

Dessa mobilização resultou a prisão dos três indiciados. Apesar das famílias das vítimas sofrerem ameaças por parte dos policiais e visarem friamente a os três indiciados responderem ao processo em liberdade.

Desde esta época, a OAB/PE designou um advogado para assumir o caso que continua se arrastando. No mês de maio/91 foram enviadas novamente as testemunhas de acusação e dentro de poucos meses será marcado o julgamento dos acusados.

O SERPAJ-Ribeirão continua lutando, pois ainda não chegaram ao fim, continuaram firmes na luta permanente pela justiça e verdade, começando por lutar por fim à tanta impunidade.

SERPAJ-Pedregal

O grupo MAHATMA GANDHI (SERPAJ-Pedregal) informa que tem atuado em três frentes de cultura, desenvolvendo assim um trabalho na área de alfabetização de adultos. Também participam da elaboração de um projeto de rádio popular junto com a Frente de Integração e Luta Pro-Solução dos Problemas do Distrito do Novo Gama-GO.

Uma grande vitória que está tendo um ótimo desempenho por parte de todos os militantes do grupo, e vários outros companheiros de luta é a construção do Gráfico Comunitário Mahatma Gandhi, através de reuniões, nos finais de semana e feriados. Isto é a continuação do projeto de autoinformação e que os mesmos assumiram. Primeiramente adquiriram o terreno (com a verba que lhe foi destinada) e posteriormente lutaram para conseguir colaboração para conseguirem levantar o galpão. Sua luta foi árdua, porém valiosa. Valeu a guerra, e o desempenho.

Ultimamente estão tentando conseguir um espaço no Jornal de Brasília para divulgar o trabalho que desenvolvem através da divulgação de uma matéria.

Estão fazendo sua programação, visando as diversas atividades que estarão tanto em torno da Assembleia Nacional, quanto na área de alfabetização de adultos, de preferência, já ocupando o galpão, e preparando-se para o dia 31 de outubro, dia de luta pelo desarmamento.

SERPAJ-Teresina-PI

O grupo SERPAJ-TERESINA-PI tem estado bastante animado. Suas atividades têm sido intensas.

Realizaram o 1º Seminário sobre JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA em 89 com a assessoria da Orla Maciel, ex-coordenadora do SERPAJ-AL. Em 18.03.90 tiveram a presença de E. Evangelho, que através de um longo papo enriqueceram seus conhecimentos sobre a

mística da não-violência. Em 22 de abril/90 tiveram um encontro com Mariela Mello-PE e os coordenadores nacionais, Mariana Besserra e Altamir Lebes, onde discutiram temas como: Vida, Justiça e Mulher. Em 31 de outubro/90 dia Internacional do Desarmamento, fizeram exposição de cartaz (do Movimento Nacional pelo Desarmamento) com palestras, aproveitando também a rádio da Arquidiocese onde o grupo realizou uma hora de programa, quando necessário durante um dia da semana. Comemoraram o Dia Mundial da Paz com celebrações, aproveitando a ocasião para mostrar os trabalhos e a importância do SERPAJ. Em 23.02.91 realizaram um encontro sobre a pessoa humana e a construção da não-violência.

Rio de Janeiro

Recebemos carta da companheira Ana Octávia V. Silva, que está articulando um grupo do SERPAJ em Rio de Janeiro, e encaminhou um artigo elaborado por uma simpatizante que participou da campanha "A Guerra da Paz", no dia 21 de outubro (dia Internacional do Desarmamento). O Movimento Nacional pelo Desarmamento organizou atividades em todo o país, posicionando-se contra a construção de bomba atômica.

Com o objetivo de incentivar a, e também ao leitor, segue o texto:

Como será o Brasil no século XXI

O panorama emergente do século XXI, será marcado não tanto por uma divisão entre ricos e pobres e sim pelo desequilíbrio de mentes poluídas, mentes que embriagam no ato de persuadir a fim de que ilustamente consigam seus próprios objetivos e pela distância entre os que dominam o conhecimento especializado e aqueles que não dominam. É a ganância, a ganância e o desprezo daqueles que simplesmente massacraram a vida de pessoas inocentes para abrir um degrau à malícia na sociedade. É a esperança do povo se tornando vã, sem gosto.

O povo que luta, que sonha por dias melhores, e esquecido. Onde está a igualdade, a justiça que tanto prometem. Quem nos dará se esses princípios fossem respeitados?

O povo? Fica para o escaninho. E o Brasil se desenvolve nas mãos das que elaboram planos inextricáveis, arriscando a própria vida.

O Brasil precisa crescer no setor produtivo da economia, na saúde, educação, é preciso uma modernização. O povo pode merecer imediatas melhorias nos sistemas públicos essenciais, nos setores de emprego. Ao invés de gastar imensa fortuna em coisas supérfluas.

Se o Brasil não tem condições de sanar a fome, como vai construir uma bomba?

Enxurrando o dinheiro do povo que passa fome. Fomes que alertar, isso não pode acontecer.

Esses desperdícios governamentais o povo sente, porém, não podemos aceitar passivamente. Não queremos guerra, munições, armamentos, isso não vai nos proporcionar nenhum lucro, não queremos condições para sobrevivermos.

O povo é que sofre as consequências e o pior de tudo é que não podemos deixar nosso país decair mais ainda. É preciso que tenhamos força para lutar contra a situação ignorância. Será que estamos perdendo muito?

Não, só queremos que o Brasil possa ser digno de todos os brasileiros.

Mazália Pereira Correia
3º ano magistério
Itanhém-Bahia